



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**Processo Administrativo nº– 2026.7.30023340**

**CONTRATANTE (UASG) 927381**

O **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 7ª REGIÃO – CRECI/PE**, torna público que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com fulcro no art. 6, XLI, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO, com vistas à obtenção de propostas de empresas especializadas interessadas na prestação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, cujo objeto se encontra detalhado no Termo de Referência, em anexo. A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no dia 21/05/2026 às 09h00min, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08h59min do mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>Dia 21/05/2026</b>
<b>HORÁRIO</b>	<b>Às 9h00min ( horário de Brasília)</b>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra compreendendo os postos de Vigia (noturno), Recepcionista, Copeira e Auxiliar de Serviços Gerais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), necessários à plena execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos/Apêndices.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 516.828,72 (quinhentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**Processo Administrativo nº– 2026.7.30023340**

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 7ª REGIÃO – CRECI/PE, por meio do Agente de Contratação, REALIZARÁ Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO, com fulcro no art. 6, XLI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no dia 21/05/2026 às 09h00min, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08h59min do mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

**1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra compreendendo os postos de Vigia (noturno), Recepcionista, Copeira e Auxiliar de Serviços Gerais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), necessários à plena execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos/Apêndices.

1.2. A contratação ocorrerá por único LOTE, conforme tabela constante abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem:

	<b><u>GRUPO ÚNICO</u></b>		
<b>PROFISSIONAL</b>	<b>CBO</b>	<b>QUANTIDADE DE POSTOS</b>	<b>COBERTURA ESTIMADA</b>
Vigia (noturno)	5174-20	2	4 empregados
Recepcionista	4221-05	1	2 empregados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Copeira	5134-25	1	1 empregado
Auxiliar de Serviços Gerais	5143-20	1	2 empregados

R\$ 516.828,72 (quinhentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos).

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço GLOBAL DO GRUPO ÚNICO, observadas as exigências contidas neste Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de divergência entre a descrição do item lançada no sistema eletrônico e as disposições deste Edital e do Termo de Referência, prevalecerão as disposições destes instrumentos.

1.5. Para disputa, serão considerados os valores anuais, sendo que a licitante deverá ofertar lance referente ao menor valor global do grupo único da licitação.

1.6. Os serviços serão executados nas dependências do CRECI/PE, inicialmente na sede atual, podendo ocorrer de forma transitória, concomitante, alternada ou sucessiva, durante o período de transição entre unidades, nos seguintes endereços:

- Sede atual CRECI/PE: Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310.
- Nova sede CRECI/PE: Edifício Bereshit, Rua Capitão José da Luz, nº 190, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-540.

1.6.1. Para assegurar a continuidade, a adequação e a eficiência da execução contratual durante o período de transição entre a sede atual e a nova sede, os empregados vinculados aos postos contratados poderão ser alocados, remanejados ou redistribuídos entre as unidades, total ou parcialmente, conforme a necessidade da Contratante. Tal medida, contudo, não poderá implicar supressão ou restrição de direitos trabalhistas, alteração indevida das categorias profissionais, modificação unilateral das jornadas pactuadas, imposição de carga horária superior à contratada, nem descumprimento das normas legais, convencionais e regulamentares aplicáveis. Deverão ser integralmente preservados os quantitativos contratados, as funções previstas, os intervalos legais e convencionais, as escalas de trabalho, as condições de saúde e segurança do trabalho e os demais direitos assegurados aos trabalhadores.

1.6.2. Além disso, caso a alteração do local de prestação dos serviços, no contexto da mudança de sede, acarrete repercussões efetivas e comprovadas sobre os custos de execução contratual, a Administração deverá adotar, quando presentes os pressupostos legais, as providências



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de modo a evitar ônus indevido à contratada ou prejuízo à regular execução do objeto, sempre com estrita observância da legislação aplicável, das normas trabalhistas pertinentes e das diretrizes da IN 05/2017-SEGES/MPDG.

1.6.3. A vistoria é facultativa e poderá ser realizada para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

1.6.4. A vistoria deverá ser previamente agendada, de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h, pelos contatos: (81) 9.9276-7159 e [compras@crecipe.gov.br](mailto:compras@crecipe.gov.br).

1.6.5. A não realização da vistoria não poderá fundamentar a alegação posterior de desconhecimento das condições locais, devendo a licitante assumir os riscos decorrentes de sua opção.

1.7. Todos os serviços, equipamentos, utensílios, ferramentas, uniformes e EPIs empregados na execução deverão ser passíveis de remoção e reinstalação na hipótese de alteração da sede física ou da unidade de lotação, sem prejuízo da continuidade, qualidade e eficiência da prestação.

1.8. Eventual alteração de local de execução poderá ensejar revisão contratual, quando cabível, para preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

## **2. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no sítio eletrônico Portal: <https://www.gov.br/compras/pt-br//>.

2.3 - É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

2.3.4 - Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

### **3. DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. A licitante deverá comprovar, por meio de documentação hábil, o seu regime de tributação, a fim de que se possa verificar se as alíquotas do PIS e da COFINS, consignadas na planilha de custos, estão em conformidade com sua opção tributária.

3.4. Considerando que a presente contratação caracteriza-se, para fins tributários, como cessão de mão de obra, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212/1991, bem como dos arts. 112, 115, 117 e 118 da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, as licitantes classificadas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), optantes pelo Simples Nacional, não poderão usufruir desse regime caso sejam contratadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

3.5. Em conformidade com o art. 17, inciso XII; art. 30, inciso II; e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, essas empresas estarão sujeitas à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, sendo automaticamente excluídas do Simples Nacional a partir do mês seguinte à contratação. Essa diretriz está respaldada pelo Acórdão TCU nº 797/2011 - Plenário.

3.6. As licitantes não poderão apresentar planilhas de custos e formação de preços baseadas no regime de tributação do Simples Nacional, pois essa prática configuraria afronta às disposições da Lei Complementar nº 123/2006, conforme já manifestado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 797/2011 - Plenário.

3.7. Caso uma licitante optante pelo Simples Nacional venha a ser contratada, deverá, até o último dia útil do mês subsequente à assinatura do contrato, apresentar cópia dos ofícios enviados às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, comprovando a comunicação da contratação para fins de exclusão do regime do Simples Nacional.

3.8. Essa exigência segue o disposto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 2.798/2010 - Plenário.

3.9. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 (duas) horas.

#### **4. DAS PROPOSTAS**

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando o preenchimento dos seguintes campos bem como a observância aos termos Anexo I (Termo de Referência) e dos seus Apensos, todos anexos a este Edital:

4.2.1. Valor unitário e total do item;

4.2.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, contendo, entre outras, as seguintes informações:

4.2.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

4.2.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Somente serão aceitas as propostas de preços que apresentarem as Planilhas de Formação de Preços devidamente preenchidas, conforme modelos apensos ao Termo de Referência, Anexo I deste edital.

4.7.1. As propostas deverão ainda estar em conformidade em sua integralidade as disposições do Termo de Referência (Anexo I), em especial mas não se limitando, ao previsto no tópico 8.9. Dos Critérios Para Elaboração e Avaliação das Propostas de Preço, sob pena de não aceitação.

4.7.2. Encaminhar planilha de custos no formato Excel ou similar.

4.7.3. Os percentuais máximos unitários devem ser respeitados.

4.7.4. Encaminhar cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) ou outro documento que venha substituir, de modo a comprovar o valor do RAT Ajustado.

4.7.5. Encaminhar cópia da Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) de modo a comprovar o regime tributário adotado pela empresa.

4.7.6. Os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, DEVEM cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

4.7.6.1. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, as licitantes deverão apresentar os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD- Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

4.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante VENCEDORA deverá enviar os seguintes documentos, em até 02 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

#### **5.1.1. Habilitação Jurídica**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **5.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - c.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a1 (um); obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

LC= Ativo Circulante

Passivo Circulante

- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- g) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- h) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **5.1.4. Qualificação Técnica**

- a) Comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica – ACT, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa LICITANTE, desempenhado de forma satisfatória atividade compatível em características e quantidades de acordo com o objeto da contratação;
  - b.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado, contendo razão social, endereço, CNPJ, e-mail e telefone da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) do declarante. Caso estes requisitos não sejam atendidos, impossibilitando ao CRECI/PE a efetuar diligência que julgar necessária, os atestados não serão considerados;
  - b.2) O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
  - b.3) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

d) Os atestados deverão referir-se a contratos já concluídos, ou cuja execução já tenha iniciado há pelo menos 12 (doze) meses com relação à data de apresentação do atestado, exceto se houver sido firmado para execução em prazo inferior, aceito apenas mediante apresentação do contrato. Em qualquer caso, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias para a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados;

e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

f) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**5.1.5. Demais documentos previstos no Termo de Referência – Anexo I, especialmente, mas não se limitando, os elencados quando “4. Dos Requisitos da Contratação” e “5. Do Modelo de Execução Contratual”.**

## **6. VEDAÇÕES**

6.1. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico os fornecedores:

1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2. Sociedades cooperativas;
3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
7. Agente público do órgão ou entidade licitante;
8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

6.2. O impedimento de que trata o item “b” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.4. A vedação de que trata o item “f” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.2.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.2.2. Caso o custo global anual do Grupo Único estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar proposta e Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2.2.1. Somente serão aceitas as propostas de preços que apresentarem as Planilhas de Formação de Preços devidamente preenchidas, conforme modelos apensos ao Termo de Referência, Anexo I deste edital.

8.2.2.2. As propostas deverão ainda estar em conformidade em sua integralidade as disposições do Termo de Referência (Anexo I), em especial mas não se limitando, ao previsto no tópico 8.9. Dos Critérios Para Elaboração e Avaliação das Propostas de Preço, sob pena de não aceitação.

8.2.2.3. Encaminhar planilha de custos no formato Excel ou similar.

8.2.2.4. Os percentuais máximos unitários devem ser respeitados.

8.2.2.5. Encaminhar cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) ou outro documento que venha substituir, de modo a comprovar o valor do RAT Ajustado.

8.2.2.6. Encaminhar cópia da Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) de modo a comprovar o regime tributário adotado pela empresa.

8.2.2.7. Os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, DEVEM cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

8.2.2.7.1. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, as licitantes deverão apresentar os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD- Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

8.2.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço global anual do Grupo Único, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



Serviço Público Federal  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.2.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.2.3.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.13. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços os seguintes documentos, sob pena de não aceitação da proposta:

8.13.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.13.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

8.13.3. Declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

## **9. DO MODO DE DISPUTA**

9.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

9.2. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico Portal: <https://www.gov.br/compras/pt-br//>.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território de Pernambuco;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.9 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital ou Termo de Referência.

## **12. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam o tópico 5, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

### **13. DO RECURSO**

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação, ressalvadas as exceções legais.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

#### **14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

#### **15. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

15.1. O licitante vencedor será comunicado do resultado da licitação e terá prazo de 10 (dez) dias para início da execução dos serviços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não executar os serviços no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15.7. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

## **16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

16.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **17. DA LIQUIDAÇÃO, DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **17.1. Da Liquidação**

17.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

17.1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.1.2.1. O prazo de validade;
- 17.1.2.2. A data da emissão;
- 17.1.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.1.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 17.1.2.5. O valor a pagar; e
- 17.1.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.1.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

17.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

17.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

17.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.1.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**17.2. Prazo de pagamento:**

17.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**17.3. Forma de pagamento:**

17.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143, da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

17.5. No caso de atraso pelo CRECI/PE os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

17.6. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

17.7. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do CRECI/PE.

17.8. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

17.9. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

17.10. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente/contratada pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados ao CRECI/PE (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e anexos).

17.11. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

17.12. Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação da contratada, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

17.13. Para custos de mão de obra vinculados à data-base da categoria, o prazo será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo ao qual a proposta estiver vinculada.

17.14. Para custos decorrentes do mercado, o interregno será contado da data da apresentação da proposta.

17.15. A repactuação poderá ser processada em parcelas distintas, conforme a natureza dos custos envolvidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

## **18. DAS SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou a execução do contrato;

18.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

18.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

18.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 18.1.1 deste Edital de Pregão Eletrônico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, por qualquer das infrações dos subitens 18.1.1 a 18.1.12;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste Edital de Pregão Eletrônico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.9. No que se refere às infrações e sanções decorrentes da execução contratual, aplicam-se, complementarmente, as disposições constantes do Termo de Referência e da minuta contratual, que integram este edital como anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

## **19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte e-mail - [compras@crecipe.gov.br](mailto:compras@crecipe.gov.br).

19.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no mesmo sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no sítio oficial do CRECI/PE [compras@crecipe.gov.br](mailto:compras@crecipe.gov.br)

19.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

20.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

20.4. As normas disciplinadoras deste Edital de Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Pregão Eletrônico e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.6. Fica eleito a Justiça Federal, no Foro da cidade de Recife/PE, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

20.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.7.1. Anexo I – Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

20.7.2. Anexo II - MODELO DE PROPOSTA E PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS PARA OS POSTOS;

20.7.2. Anexo III – Minuta de Contrato;

20.7.3. Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado.

Recife – PE, 05 de maio de 2026.

---

**Zélia Pereira**  
Presidente – CRECI/PE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**Anexo I -  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PROCESSO – N. 2026.7.30023340**

**Unidade Requisitante:** Superintendente

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**Do Objeto**

9.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo os postos de Vigia (noturno), Recepcionista, Copeira e Auxiliar de Serviços Gerais, com fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), necessários à plena execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

	<u><b>GRUPO ÚNICO</b></u>			
<b>PROFISSIONAL</b>	<b>CBO</b>	<b>QUANTIDADE DE POSTOS</b>	<b>COBERTURA ESTIMADA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Vigia (noturno)	5174-20	2	4 empregados	Escala 12x36, das 17h às 05h
Recepcionista	4221-05	1	2 empregados	40 horas semanais
Copeira	5134-25	1	1 empregado	40 horas semanais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Auxiliar de Serviços Gerais	5143-20	1	2 empregados	40 horas semanais
-----------------------------	---------	---	--------------	-------------------

Parágrafo único. Em caso de divergência entre a descrição do item lançada no sistema eletrônico e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste instrumento.

9.2. A contratação **também inclui** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), uniformes e demais itens necessários à plena execução dos serviços, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

9.3. O objeto é classificado como serviço comum, de natureza continuada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, e o modelo de execução exige a permanência de trabalhadores alocados em postos definidos nas dependências da Contratante.

9.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições da contratação.

9.5. Para fins de eficácia, incumbirá ao contratante divulgar o Termo de Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na internet.

9.6. Eventuais alterações contratuais obedecerão ao disposto na Minuta Contratual e no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Inicialmente, registra-se que a solicitação encontra amparo no respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**2.2.** A presente contratação decorre da necessidade de assegurar o regular funcionamento administrativo e institucional do CRECI/PE, mediante a prestação continuada dos serviços de recepção, apoio de copa, limpeza e conservação predial e observação patrimonial noturna, indispensáveis ao atendimento ao público, à manutenção das condições de higiene e asseio dos ambientes, ao suporte às rotinas administrativas e à preservação da normalidade de funcionamento das unidades da Contratante.

**2.3.** Trata-se de contratação de serviços comuns, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que a execução demanda alocação permanente de trabalhadores em postos previamente definidos, nas dependências da Contratante, com jornadas determinadas e necessidade de reposição imediata em hipóteses de ausência, afastamento ou substituição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**2.4.** A execução indireta mostra-se adequada por se tratar de atividades materiais, instrumentais e acessórias às competências institucionais do Conselho, sem transferência de atribuições típicas de poder de polícia, fiscalização profissional ou decisão administrativa.

**2.5.** A adoção de grupo único decorre da complementariedade operacional entre os postos, da execução nas mesmas dependências administrativas, da conveniência de gestão contratual centralizada e da necessidade de padronização da fiscalização, sem prejuízo da competitividade, desde que mantidas exigências de habilitação proporcionais ao objeto.

**2.6.** A opção pelo regime de dedicação exclusiva de mão de obra e pela contratação por postos foi adotada em razão das características da demanda, que exige presença física contínua dos empregados nas dependências da Contratante, em horários predeterminados, com controle de cobertura, substituição e continuidade dos serviços.

**2.7.** Para o posto de vigia noturno, a dedicação exclusiva justifica-se pela necessidade de cobertura contínua no período das 17h às 5h, em escala 12x36, com observação das dependências, controle básico de acesso e comunicação imediata de ocorrências.

**2.8.** Para o posto de recepcionista, a dedicação exclusiva justifica-se pela necessidade de atendimento presencial e telefônico contínuo ao público interno e externo durante o expediente, com recepção, orientação, triagem inicial e encaminhamento de usuários.

**2.9.** Para o posto de copeira, a dedicação exclusiva justifica-se pela necessidade de suporte contínuo às rotinas de copa, preparo e disponibilização de café, água e apoio operacional a reuniões e atividades institucionais ao longo do expediente.

**2.10.** Para o posto de auxiliar de serviços gerais, a dedicação exclusiva justifica-se pela necessidade de execução diária e contínua de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização das áreas internas e externas, com reposição de materiais, coleta de resíduos e atendimento às rotinas ordinárias de manutenção das condições sanitárias e operacionais das unidades.

**2.11.** Em razão da transição entre a sede atual e a nova sede institucional, o planejamento da contratação considerará expressamente o cenário-base adotado para precificação e dimensionamento dos postos, inclusive quanto à possibilidade de funcionamento simultâneo das unidades, de forma a preservar a exequibilidade da proposta e a adequada execução contratual.

**2.12.** A solução adotada visa assegurar a continuidade dos serviços essenciais de apoio administrativo, a adequada recepção dos usuários, a manutenção das condições de limpeza e higienização dos ambientes, o suporte às atividades de copa e a observação patrimonial noturna, com maior controle contratual, previsibilidade de custos e mitigação de riscos operacionais.

**3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a disponibilização de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento, durante toda a vigência contratual, de uniformes, EPIs, indispensáveis ao desempenho das atividades de cada posto.

3.2. Os serviços possuem natureza administrativa e instrumental, enquadrando-se como atividade acessória prevista no Decreto 9.507/2018 e desvinculada das atribuições dos servidores efetivos do CRECI/PE.

3.3. A contratada será responsável pela boa execução dos serviços, devendo:

- orientar o empregado quanto à urbanidade, postura profissional e sigilo;
- zelar pelo correto uso, guarda e conservação dos equipamentos e uniformes fornecidos;
- assegurar que todas as atividades sejam realizadas de acordo com as boas práticas de higiene e com as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.

3.4. Itens mínimos a serem fornecidos pela contratada, considerados ao longo do ciclo de vida do objeto (aquisição, uso, manutenção preventiva, reposição e descarte sustentável):

- EPIs;
- Uniformes;

3.5. Todos os EPIs devem atender à Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, possuir CA (Certificado de Aprovação) válido e ser repostos sempre que apresentarem perda de integridade ou eficiência.

3.5.1. Os uniformes deverão ser compatíveis com a função exercida, com o ambiente institucional e com as condições climáticas locais. Os EPIs exigíveis serão apenas os compatíveis com as atividades ordinárias de limpeza e conservação sem trabalho em altura, sendo vedado qualquer repasse de custos aos empregados.

3.5.2. Todos os EPIs deverão atender às normas vigentes de segurança e saúde no trabalho, inclusive quanto ao Certificado de Aprovação, quando exigível, e ser substituídos sempre que apresentarem perda de integridade, desgaste ou inadequação ao uso.

3.5.3. A contratada deverá manter registro de entrega e troca de EPIs e uniformes, bem como plano de manutenção preventiva dos utensílios (lavagem, desinfecção e substituição periódica), assegurando a continuidade e a qualidade do serviço ao longo de todo o contrato.

3.5.4. O descarte de EPIs inutilizados e panos contaminados deverá seguir práticas de logística reversa ou coleta seletiva, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e diretrizes locais de gerenciamento de resíduos.

3.5.5. A entrega inicial dos EPIs, uniformes e ferramentas ocorrerá até a data de início da prestação dos serviços; eventuais reposições deverão ser efetuadas em até 3 (três) dias úteis após solicitação da fiscalização contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

3.5.6. A especificação detalhada de cada item (material, modelo, quantidade mínima e vida útil estimada) constará neste Termo de Referência, que também trará o fluxo de aprovação para substituição ou descarte, garantindo controle durante todo o ciclo de vida do objeto.

3.5.7. Os serviços, bem como os equipamentos, utensílios, ferramentas, uniformes e EPIs empregados em sua execução, deverão ser passíveis de remoção e reinstalação na hipótese de alteração de sede, unidade de lotação ou redistribuição dos postos, sem prejuízo da qualidade e continuidade da prestação.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Dos Serviços**

4.1.1. Trata-se de serviços de apoio operacional imprescindíveis à consecução das atividades institucionais do CRECI/PE, caracterizados como serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo ser observadas as regras dispostas no art. 6, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

4.1.2. A Contratada deverá disponibilizar equipe qualificada e devidamente registrada, observando a legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e saúde no trabalho e os instrumentos coletivos efetivamente aplicáveis a cada categoria profissional no Estado de Pernambuco.

4.1.3. A Contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde no trabalho.

4.1.1.3. Para fins de composição da proposta e da planilha de custos e formação de preços, deverão ser adotadas as normas coletivas juridicamente pertinentes ao enquadramento sindical de cada categoria profissional, considerados a função efetivamente exercida, a atividade econômica da empresa e a base territorial da execução contratual.

4.1.1.4. Caberá à licitante demonstrar, em sua planilha de custos, o instrumento coletivo efetivamente adotado para cada posto, com indicação do sindicato laboral e patronal correspondentes, da data-base da categoria, do número de registro perante o Ministério do Trabalho e Emprego, do piso salarial aplicável, dos benefícios obrigatórios e das demais parcelas normativas incidentes.

4.1.1.5. Na hipótese de existir mais de um instrumento coletivo potencialmente aplicável a determinado posto, prevalecerá aquele compatível com o efetivo enquadramento sindical da empresa e da categoria profissional alocada à execução contratual.

4.1.1.6. Os serviços serão executados nas dependências do CRECI/PE, prioritariamente em sua sede atual, podendo haver alocação em outra unidade administrativa da Contratante, conforme necessidade do serviço e prévia formalização pela Administração.

4.1.1.7. Considera-se, inicialmente, a unidade da sede atual para início da execução dos serviços:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Unidade	Endereço
Sede atual CRECI/PE	Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310
Nova sede CRECI/PE	Edifício Bereshit, Rua Capitão José da Luz, nº 190, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-540

4.1.1.8. A execução dos serviços iniciará na sede atual. Todavia, reforça-se que durante o período de transição entre a sede atual e a nova sede, a execução dos serviços poderá ocorrer de forma transitória, concomitante, alternada ou sucessiva em ambas as unidades, conforme cronograma de mudança, evolução das demandas administrativas e necessidade institucional da Contratante.

4.1.1.9. Os empregados vinculados aos postos contratados poderão ser alocados, remanejados ou redistribuídos entre as duas sedes, total ou parcialmente, **sem alteração dos quantitativos contratados, das categorias profissionais e das jornadas previstas, resguardado, quando cabível, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, respeitando as normas trabalhistas e a diretrizes da IN 05/2017-SEGES/MPDG.**

4.1.4. A contratação se dará por posto de serviço, conforme quantidades, graus mínimos de instrução e cargas horárias a seguir:

PROFISSIONAL	INSTRUÇÃO MÍNIMA	CARGA HORÁRIA	OBSERVAÇÕES
Vigia (noturno)	Ensino médio completo	Escala 12x36, das 17h às 05h	Experiência prévia desejável de 6 meses
Recepcionista	Ensino médio completo	40 horas semanais	Experiência prévia desejável de 6 meses
Copeira	Ensino fundamental completo	40 horas semanais	Experiência prévia desejável de 6 meses
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino fundamental completo	40 horas semanais	Experiência prévia desejável de 6 meses

4.1.5. A empresa licitante deverá apresentar sua proposta em concordância com os modelos de Planilhas de Formação de Preços, respeitando a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT de cada categoria, assim como todos os itens obrigatórios por lei. As planilhas modelos estão apenas a este Termo de Referência.

4.1.6. Especificação dos serviços por posto

4.1.6.1. **Vigia (noturno) – CBO 5174-20:** zelar pela guarda do patrimônio nas dependências da instituição, mediante observação da movimentação de pessoas e veículos no período noturno; controlar e registrar o acesso às dependências, conforme rotinas da Contratante; realizar inspeções/verificações periódicas nas áreas interna e externa para identificação de anormalidades aparentes, como portas ou janelas abertas, falhas de iluminação, princípios de incêndio ou outras ocorrências similares; registrar ocorrências em livro ou formulário próprio; comunicar imediatamente à fiscalização do contrato e à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Administração as anormalidades verificadas; orientar visitantes e prestadores de serviço, quando necessário; e executar atividades compatíveis com o posto, sem caracterização de serviço de segurança privada.

4.1.6.2. **Recepcionista – CBO 4221-05:** realizar atendimento presencial e telefônico ao público interno e externo; recepcionar, identificar, orientar e encaminhar visitantes, corretores, fornecedores e demais usuários aos setores competentes; prestar informações iniciais de caráter institucional; registrar recados, demandas e ocorrências da recepção; organizar documentos e informações correlatas ao atendimento; e observar os protocolos internos de acesso, comunicação e urbanidade no ambiente institucional.

4.1.6.3. **Copeira – CBO 5134-25:** executar atividades de copa, compreendendo o preparo e o fornecimento de café, água, chá e outros itens compatíveis com a rotina administrativa; preparar bandejas, mesas e utensílios para reuniões e atividades institucionais; manter a copa, os utensílios e os equipamentos limpos, organizados e higienizados; controlar e comunicar a necessidade de reposição de insumos; zelar pelo correto armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios; e prestar apoio operacional em eventos e reuniões internas de pequena monta.

4.1.6.4. **Auxiliar de Serviços Gerais – CBO 5143-20:** executar serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização das áreas internas e externas de circulação ordinária, incluindo pisos, salas, banheiros, recepção, corredores, escadas, mobiliário, portas e vidros acessíveis sem trabalho em altura, bem como das demais dependências da Contratante compatíveis com essas atividades; recolher e acondicionar resíduos; repor materiais de higiene e limpeza; utilizar adequadamente os equipamentos, utensílios, materiais e EPIs fornecidos; e desempenhar as atividades observando as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, vedada a execução de limpeza de fachadas, panos de vidro externos em altura, coberturas, marquises, esquadrias externas com risco, bem como o uso de andaime, balancim, cadeira suspensa, rapel, plataforma elevatória ou quaisquer procedimentos caracterizadores de trabalho em altura.

4.1.6.5. As atribuições descritas possuem natureza exemplificativa e funcionalmente vinculada a cada posto, sendo vedado o desvio de função.

4.1.6.6. Área estimada para serviços de limpeza e conservação:

Para fins de dimensionamento e equivalência funcional, considera-se a seguinte metragem aproximada:

Unidade	Endereço	Área Interna	Área Externa
Sede atual CRECI/PE	Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310	625 m <sup>2</sup>	356 m <sup>2</sup>
Nova sede CRECI/PE	Edifício Bereshit, Rua Capitão José da Luz,	2097m <sup>2</sup> (1º andar a coberta)	876m <sup>2</sup> (térreo)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

	nº 190, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-540		
--	---	--	--

4.1.6.7. **A execução dos serviços terá início, ordinariamente, na sede atual da Contratante.** Não obstante, em razão do processo de transição para a nova sede, fica expressamente consignado que, durante esse período, a prestação dos serviços poderá ocorrer, conforme a necessidade administrativa, de forma transitória, concomitante, alternada ou sucessiva em ambas as unidades, observados o cronograma de mudança, a evolução das demandas institucionais e o interesse público envolvido.

4.1.6.8. Para assegurar a continuidade, a adequação e a eficiência da execução contratual durante o período de transição entre as unidades, os empregados vinculados aos postos contratados poderão ser alocados, remanejados ou redistribuídos entre a sede atual e a nova sede, total ou parcialmente,

**desde que preservados os quantitativos contratados, as categorias profissionais e as jornadas previstas no ajuste.** Eventuais impactos econômicos diretamente decorrentes dessa dinâmica poderão ensejar, quando devidamente demonstrados e juridicamente cabíveis, **a adoção das medidas necessárias à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre com observância da legislação aplicável, das normas trabalhistas pertinentes e das diretrizes da IN 05/2017-SEGES/MPDG.**

**Quadro I – Áreas a Serem Limpas e Conservadas na SEDE ATUAL**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	Frequência do Serviço (A)
Área interna (m2)	625 m2	1 diária
Área Externa (m2)	356 m <sup>2</sup>	1 diária
Banheiros individuais (unidades)	08 unidades	1 diária
Banheiros coletivos (unidades)	02 unidades	1 diária
Quantidade aproximada de usuários, entre servidores, colaboradores e visitantes diários (nº de pessoas)	50 pessoas	-

**Quadro II – Áreas a Serem Limpas e Conservadas na NOVA SEDE**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	Frequência do Serviço (A)
Área interna (m2)	2097m <sup>2</sup> (1º andar a coberta)	1 diária
Área Externa (m2)	876m <sup>2</sup> (térreo)	1 diária
Banheiros individuais (unidades)	17 unidades	1 diária
Banheiros coletivos (unidades)	02 unidades	1 diária
Quantidade aproximada de usuários, entre servidores, colaboradores e visitantes diários (nº de pessoas)	60 pessoas	-

4.1.6.6.1. Definições das áreas:

- Área interna: compreende a área edificada, incluindo coberturas e garagens.

4.1.6.6.2. As propostas e as planilhas de custos e formação de preços deverão ser elaboradas com base nos instrumentos coletivos de trabalho juridicamente pertinentes ao enquadramento sindical de cada categoria profissional alocada à execução contratual, considerados a função efetivamente exercida, a atividade econômica preponderante da licitante e a base territorial da prestação dos serviços, vedada a utilização de convenção ou acordo coletivo incompatível com a categoria profissional, com a atividade econômica da empresa ou com o local de execução do contrato. A licitante deverá indicar, para cada posto, o sindicato laboral e patronal correspondentes, a data-base, o número de registro do instrumento coletivo perante o Ministério do Trabalho e Emprego, o piso salarial aplicável, os benefícios obrigatórios e as demais parcelas normativas incidentes.

**4.2. Sustentabilidade**

4.2.1. Adoção de medidas de sustentabilidade visando promover a redução dos impactos e riscos sociais e ambientais na prestação dos serviços, assim como a redução da demanda de recursos escassos do ecossistema e da sociedade, contribuindo para a melhoria do bem-estar humano e da equidade social.

4.2.2. Adoção de boas práticas de otimização de recursos, zelando pela redução de desperdícios, assim como orientar e treinar os prestadores de serviço para executarem suas atividades, observando:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

4.2.2.1. A aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, quando aplicável ao objeto desta contratação;

4.2.2.2. A racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

4.2.2.3. A racionalização/economia do consumo de energia elétrica e água;

4.2.2.4. A destinação de forma adequada os resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação, possibilitando a coleta seletiva e a reciclagem dos materiais.

4.2.3. A Contratada também deverá fornecer treinamentos e capacitação periódicos aos prestadores de serviço sobre boas práticas de redução de desperdícios, procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias, produtos de limpeza ou químicos, assim como sobre medidas para redução do consumo de água e energia elétrica.

4.2.4. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

#### **4.3. Subcontratação**

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.4. Garantia contratual**

4.4.1. De acordo com o disposto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, a licitante vencedora deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, apresentando ao CRECI/PE até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, que contemple a cobertura de verbas rescisórias para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas (art. 121, § 3º, da Lei 14.133/2021) comprovante de uma das seguintes modalidades:

4.4.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

4.4.1.2. Seguro – garantia; ou

4.4.1.3. Fiança bancária.

4.5.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em qualquer agência do Banco do Brasil, mediante depósito a crédito do CRECI/PE.

4.4.3. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo o CRECI/PE recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

4.4.4. No caso de garantia na modalidade de Carta de Fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.4.5. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pelo CRECI/PE, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

4.4.6. O CRECI/PE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da empresa, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões. Neste caso, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

4.4.7. A Contratada terá sua garantia liberada ou restituída após 90 (noventa) dias corridos do recebimento definitivo do contrato.

4.4.8. O valor da garantia se reverterá em favor da CONTRATANTE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos por ventura verificados.

#### **4.5. Da Vistoria**

4.5.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas, nos endereços:

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>
Sede atual CRECI/PE	Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310
Nova sede CRECI/PE	Edifício Bereshit, Rua Capitão José da Luz, nº 190, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-540

4.5.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.3. A vistoria poderá ser agendada pelos Telefones: (81)9.9276-7159, ou através do e-mail: [compras@crecipe.gov.br](mailto:compras@crecipe.gov.br).

4.5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus da não realização de vistoria prévia.

4.5.5. Ademais, em atenção ao previsto no art. 63, § 3º, da Lei 14.133/2021, fica prevista a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**4.7. Do Quantitativo de Postos de Trabalho a Ser Utilizado na Execução dos Serviços**

4.7.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados por prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo o quantitativo total de 05 (cinco) postos de trabalho a seguir discriminados:

Posto	CBO	Quantidade de postos	Cobertura estimada	Jornada
Vigia (noturno)	5174-20	2	4 empregados	12x36, das 17h às 5h
Recepcionista	4221-05	1	2 empregados	40 horas semanais
Copeira	5134-25	1	1 empregado	40 horas semanais
Auxiliar de Serviços Gerais	5143-20	1	1 empregado	40 horas semanais

4.7.2. O efetivo de auxiliares (serventes) de limpeza, a ser empregado na execução dos serviços, foi definido conforme os parâmetros de produtividade mínima por auxiliar em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, estabelecidos no item 3 do ANEXO VI-B (Serviço de Limpeza e Conservação) da IN 05/2017-SEGES/MPDG, como segue:

DESCRIÇÃO		QUANTIDADE			
Tipo de Área	Frequência do Serviço (A)	Área Total (m2) (B)	Produtividade por Servente prevista na IN 05/2017 – SEGES/MPDG (m2)	Produtividade por Servente Adotada pelo CRECI/PE (m2) (C)	N de Serventes Necessários (D=B/C:A)
Área Interna Sede atual	1 (diárias)	625m2	800 a 1.200	600	0,10
Área Externa Sede atual	1 (diária)	356m2	1.800 a 2.700	1.200	0,10
Total de Postos de Trabalho necessários (com arredondamento)	-----	-----	-----	-----	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**4.7.3. A inobservância pelos licitantes do quantitativo mínimo de postos de trabalho fixado ensejará a desclassificação da proposta.**

4.7.3.1. Para assegurar a continuidade, a adequação e a eficiência da execução contratual durante o período de transição entre a sede atual e a nova sede, os empregados vinculados aos postos contratados **poderão ser alocados, tal medida, contudo, não poderá implicar supressão ou restrição de direitos trabalhistas, alteração indevida das categorias profissionais, modificação unilateral das jornadas pactuadas, imposição de carga horária superior à contratada, nem descumprimento das normas legais, convencionais e regulamentares aplicáveis.** Deverão ser integralmente preservados os quantitativos contratados, as funções previstas, os intervalos legais e convencionais, as escalas de trabalho, as condições de saúde e segurança do trabalho e os demais direitos assegurados aos trabalhadores.

4.7.3.2. Além disso, caso a alteração do local de prestação dos serviços, no contexto da mudança de sede, acarrete repercussões efetivas e comprovadas sobre os custos de execução contratual, a Administração deverá adotar, quando presentes os pressupostos legais, as providências cabíveis para **a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de modo a evitar ônus indevido à contratada ou prejuízo à regular execução do objeto, sempre com estrita observância da legislação aplicável, das normas trabalhistas pertinentes e das diretrizes da IN 05/2017-SEGES/MPDG.**

**4.8. Da composição da planilha de custos quanto a adicionais legais e normativos**

4.8.1. A planilha de custos e formação de preços deverá contemplar, para cada posto, todas as parcelas salariais, indenizatórias, previdenciárias, fundiárias, tributárias e normativas efetivamente incidentes, vedada a supressão de custos obrigatórios.

4.8.2. Quanto ao posto de Auxiliar de Serviços Gerais, a eventual caracterização de insalubridade será apurada mediante laudo técnico específico, a ser providenciado pela Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início da execução contratual, por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho legalmente habilitado, nos termos do art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da legislação de segurança e saúde no trabalho aplicável.

4.8.3. O laudo técnico deverá ser elaborado em conformidade com a CLT, especialmente os arts. 189 a 195, com a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) e demais disposições legais e normativas pertinentes, devendo considerar as condições reais de execução dos serviços, as atividades efetivamente desempenhadas no posto, os agentes eventualmente incidentes no ambiente de trabalho e o respectivo grau de exposição.

4.8.4. Caso o laudo técnico conclua pela existência de insalubridade, com indicação do respectivo grau e da base de cálculo aplicável, a Administração promoverá a adequação da planilha de custos e formação de preços e a correspondente recomposição do valor contratual, mediante apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que a providência se limite à repercussão econômico-financeira da obrigação apurada, sem alteração do objeto contratual.

4.8.5. Até a conclusão do laudo técnico referido no subitem 4.8.2, a proposta deverá observar as demais parcelas obrigatórias incidentes sobre o posto, nos termos da legislação trabalhista, previdenciária e normativa aplicável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

4.8.6. A ausência de previsão, na proposta, das demais parcelas obrigatórias incidentes sobre os postos poderão caracterizar proposta inexecutável e, consequente, desclassificação do licitante.

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. Os serviços serão executados mediante as disposições, obrigações e contraprestações previstas no contrato firmado e assinado entre as partes. Devendo-se observar ainda que:

### **5.1.1. Das Obrigações da Contratada**

5.1.1.1. São obrigações da futura contratada:

- iniciar a execução dos serviços no prazo fixado pela Administração, providenciando, até a data de início da execução, a completa mobilização da equipe, dos uniformes e dos EPIs necessários ao cumprimento do contrato;
- assegurar a adequada prestação dos serviços contratados durante toda a vigência contratual, promovendo imediatamente as correções, substituições e reposições necessárias;
- encaminhar mensalmente à fiscalização relatório de execução contratual contendo, no mínimo, relação dos empregados alocados, coberturas e substituições ocorridas, faltas, atrasos, ocorrências registradas, reposição de uniformes e EPIs, treinamentos realizados e demais informações relevantes à gestão do contrato;
- Fornecer ao fiscal do contrato todas as informações solicitadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.;
- Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado;
- Assegurar a execução integral das entregas dos serviços/produtos nos prazos convencionados com segurança e qualidade;
- Não fazer uso das informações prestadas pelo CRECI/PE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão;
- fornecer uniformes, EPIs, utensílios e demais itens necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, qualidade e segurança, substituindo-os sempre que necessário, sem ônus para a Contratante e sem repasse de custos aos empregados
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao CRECI/PE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos e culposos de seus empregados;
- Aceitar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços pelo CRECI/PE;
- Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- Revisar ou corrigir, no prazo estabelecido pelo CRECI/PE, sem qualquer ônus para o mesmo, todas as falhas, deficiências, imperfeições ou defeitos constatados na prestação dos serviços/fornecimento dos produtos;
- Indicar preposto, informando telefone celular e e-mail para contato com a contratada, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- Assegurar seus profissionais, quando em atuação nas dependências da contratante, sigam as seguintes regras de conduta:
  - ☐ Agir de maneira ética e profissional;
  - ☐ Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
  - ☐ Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
  - ☐ Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
  - ☐ Contribuir para a conservação da harmonia e organização do ambiente de trabalho, mantendo-o limpo e em perfeita ordem, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;
  - ☐ Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento;
  - ☐ Facilitar a fiscalização de todos seus atos ou serviços por quem de direito;
  - ☐ Repassar ao fiscal técnico ou ao demandante o registro das ações executadas, mantendo a documentação organizada e em local acessível pelos mesmos, não sendo necessário o pedido para tal.
- Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, comprovando o cumprimento sempre que solicitado pelo CRECI/PE, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

### **5.1.2. Das Obrigações da Contratante**

#### **5.1.2.1. São obrigações da futura contratante:**

Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços/entrega dos produtos objeto do presente Termo de Referência a fim de que sejam executados rigorosamente em conformidade com o nele estabelecido e na minuta de contrato, sendo que a fiscalização assim realizada não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por inobservância ou omissão a qualquer das cláusulas estabelecidas no presente instrumento e/ou na minuta contratual;

Exercer a fiscalização do contrato por servidor especialmente designado, na forma da Lei nº 14.133/21, sem excluir nem reduzir a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não existirá corresponsabilidade do CRECI/PE

Pagar pontualmente as faturas emitidas pela CONTRATADA;

Assegurar-se de que os meios disponibilizados pela CONTRATADA são suficientes para o bom desempenho dos serviços;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto desta contratação sempre que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;

Notificar, por escrito, a contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no cumprimento do objeto desta contratação, estabelecendo prazo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

### **5.1.3. Dos Serviços**

5.1.3.1. Os serviços objeto desta contratação, deverão ser prestados na Sede atual CRECI/PE, no endereço: Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310, e posteriormente na Nova sede CRECI/PE, quando do início da mudança para esta, que ainda não possui data definida, para o endereço: Edifício Bereshit, Rua Capitão José da Luz, nº 190, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-540, podendo os serviços ocorrerem de forma transitória, concomitante, alternada ou sucessiva em ambas as unidades, durante o período de transição.

5.1.3.2. Todos os serviços terceirizados descritos neste Termo de Referência, bem como os equipamentos utilizados na sua execução, devem ser passíveis de remoção e reinstalação na possibilidade de alteração da sede física do CRECI/PE, garantindo, no mínimo, os mesmos níveis de qualidade e eficiência. Tal mudança deve ser realizada pela equipe da Contratada, em tempo hábil, definido e formalizado em conjunto com o gestor e fiscal do contrato, designados pelo CRECI/PE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

5.1.3.3. Em caso de mudança do local da prestação dos serviços, garante-se à Contratada uma revisão contratual, com vistas a garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, posto que há possibilidade de alteração da metragem do espaço, seus tipos de piso, quantidade de janelas, banheiros e copas, dentre outros itens descritos neste Termo de Referência, que possam impactar a execução do contrato.

5.1.3.3.1. Na hipótese descrita acima e, na impossibilidade de continuidade da execução contratual por falta de permissivo legal, o contrato será rescindido sem ônus para o CRECI/PE.

5.1.3.4. A contratada pagará os SALÁRIOS-BASE e ADICIONAIS, bem como os demais benefícios das respectivas categorias previstas neste Documento em valores que não poderão ser inferiores aos fixados nas convenções coletivas de trabalho dos sindicatos aos quais as empresas e os profissionais estejam vinculados.

5.1.3.5. Em relação ao custo de transporte, cada licitante deverá apresentar em sua planilha de formação de preços o custo de auxílio transporte compatível com a realidade de seus funcionários, considerando, ainda, a quantidade de dias trabalhados (22 dias por mês), adequando-se conforme as especificidades de cada posto e leis trabalhistas.

5.1.3.5.1. O valor deverá ser mantido durante toda a execução do contrato, inclusive nas prorrogações contratuais, se houver. Em caso de eventual alteração tarifária aprovada ou determinada por órgão competente, a Contratada fará jus à repactuação dos custos de transporte.

5.1.3.6. O horário que os empregados da Contratada deverão cumprir poderá, a critério do CRECI/PE, ser adequado às necessidades do serviço, buscando maior eficiência e efetividade em sua prestação.

5.1.3.6.1. Nos casos de eventuais demandas de trabalho em horários noturnos ou em finais de semana, excetuando-se o posto de vigia noturno, será adotado regime de compensação de horas, respeitando as regras previstas na CCT vigente. As compensações ocorrerão, preferencialmente, no mesmo mês em que houver jornada de trabalho extraordinária.

**5.1.3.7.** Em relação ao posto de **Auxiliar de Serviços Gerais**, a eventual caracterização de insalubridade não será presumida, devendo ser apurada na forma do item **4.8** deste Termo de Referência, mediante **laudo técnico específico** a ser providenciado pela Contratada, por **Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho legalmente habilitado**, observada a legislação aplicável.

**5.1.3.7.1.** Concluindo o laudo técnico pela inexistência de insalubridade, não será devido adicional correspondente para o posto, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, normativas e de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução contratual.

**5.1.3.7.2.** Concluindo o laudo técnico pela existência de insalubridade, com indicação do respectivo grau e da base de cálculo aplicável, a Administração promoverá a adequação da planilha de custos e formação de preços e a correspondente recomposição do valor contratual, mediante **apostilamento**, nos termos do item 4.8 deste Termo de Referência e da legislação aplicável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**5.1.3.7.3.** Para os demais postos, exceto os postos de vigia noturno, não há previsão inicial de adicional de insalubridade ou periculosidade, sem prejuízo de ulterior apuração técnica, caso sobrevenha alteração das condições efetivas de execução contratual.

**5.1.3.8.** Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

**5.1.3.9.** Entre as habilidades gerais dos empregados, deverão ter capacidade de adaptação à cultura organizacional, cumprimento de normas internas do Contratante e postura profissional adequada e condizente com o ambiente laboral.

**5.1.3.10.** A CONTRATADA deverá orientar acerca da submissão de seus empregados ao Código de Conduta do CRECI/PE bem como a necessidade de substituição dos empregados quando estes não demonstrarem adequação à cultura organizacional, quando deixarem de cumprir as normas internas e/ou deixarem de apresentar postura profissional com a polidez e civilidade esperadas e que são propícias ao ambiente laboral.

**5.1.3.11.** A Contratada, após a assinatura do contrato, deverá apresentar 1 (uma) amostra dos modelos de uniformes masculinos e femininos, de cada função, a ser fornecido aos seus empregados, ficando a cargo do CRECI/PE a verificação da compatibilidade, bem como a aprovação/rejeição do modelo, cabendo à Contratada a substituição exigida das peças julgadas incompatíveis, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**5.1.3.12.** Os uniformes deverão apresentar logotipo da Contratada.

**5.1.3.13.** Não será permitido a nenhum prestador se apresentar ao serviço sem uniforme ou com uniforme rasgado, estragado ou sujo.

**5.1.3.14.** No caso de danos a qualquer peça do uniforme, a contratada deverá proceder à substituição por outro novo num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação por parte do Contratante.

**5.1.3.15.** Os uniformes para a função de auxiliar de limpeza devem ser confeccionados em material flexível, com bolsos e recorte/fôrma que permita o adequado exercício das funções.

**5.1.3.16.** A Contratada deverá fornecer uniformes apropriados às gestantes, substituindo-os para dar o devido conforto durante a gestação, observada a necessidade de manutenção das características do modelo do uniforme, que deverá ser preservada.

**5.1.3.17.** A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados, salvo comprovada perda, dano ou extravio por parte do prestador.

**5.1.3.18. Das Especificações dos Uniformes**

**5.1.3.18.1.** Auxiliar de Limpeza:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VIDA ÚTIL
1	Camiseta para uso interno, em malha de poliéster e algodão (malha PA 67% algodão e 33% poliéster), cor azul marinho, mangas curtas, com logotipo da empresa.	2	6 meses
2	Conjunto calça e camisa de manga curta, confeccionado em tecido brim ou oxford, com bolsos, na cor azul marinho, de boa qualidade e em modelagem tradicional, permitindo a mobilidade necessária ao desempenho das atividades.	2	6 meses
3	Bota feita em couro flexível, com solado de borracha antiderrapante, na cor preta.	2	12 meses
4	Par de meias, tipo soquete, feito em algodão, na cor preta.	2	12 meses

5.1.3.18.1.1. A Contratada deverá observar as especificações de cada uniforme, em especial, no que tange ao tempo de uso de cada peça, as quais deverão ser substituídas nos prazos previamente estabelecidos, ou sempre que identificado desgaste prematuro, às expensas da Contratada.

5.1.3.18.1.2. Para o posto de **auxiliar de limpeza** deverão ser observadas as atividades essenciais e as frequências elencadas a seguir:

**5.1.3.18.1.3. Rotina diária:**

- a) Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelho elétricos, extintores de incêndio etc.
- b) Limpar as lixeiras situadas nas áreas privativas.
- c) Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitários desinfetante, duas vezes ao dia.
- d) Varrer e remover manchas dos pisos.
- e) Varrer e passar pano úmido nos pisos.
- f) Varrer os pisos de cimento.
- g) Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas duas vezes ao dia.
- h) Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário.
- i) Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados.
- j) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas.
- k) Retirar o lixo uma vez ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos apropriados, removendo-os para local indicado pela Administração.
- l) Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- m) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;
- n) Realizar os procedimentos de apoio e manutenção da copa para atendimento das rotinas institucionais;
- o) Limpeza do estacionamento (frente e aos fundos do CRECI).

**5.1.3.18.1.4. Rotina semanal:**

- a) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.
- b) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas de madeira e vidros.
- c) Limpar com produto neutro, geladeiras, frigobares e fornos de microondas.
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados.
- e) Limpar, com produto apropriado as forrações de material sintético, plástico e tecidos em assentos de cadeiras e poltronas bem como suas bases de sustentação.
- f) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.
- g) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones.
- h) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana.
- i) Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral.
- j) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
- k) Limpeza do carpete e cadeiras do auditório.
- l) Limpeza do almoxarifado/dispensa e sala do arquivo.

**5.1.3.18.1.5. Rotina mensal:**

- a) Limpar rodapés.
- b) Limpar persianas, com equipamentos e acessórios adequados.
- c) Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

**5.1.3.18.2. Vigias noturnos:**

Uniformes - Feminino/Masculino		
Descrição	Quantidade anual por vigia	Periodicidade de entrega
Camiseta para uso interno, em malha de algodão ou composição equivalente, com identificação visual da empresa	2	1 na implantação do posto e 1 a cada 6 meses
Conjunto calça e camisa de manga curta ou comprida, confeccionado em tecido brim ou oxford, em modelagem tradicional, compatível com a atividade e com a mobilidade necessária ao posto	4	2 na implantação do posto e 2 a cada 6 meses



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Agasalho ou moletom apropriado ao clima da localidade	1	na implantação do posto e a cada 12 meses
Calçado fechado antiderrapante, em material resistente e adequado ao ambiente de trabalho	2 pares	1 na implantação do posto e 1 a cada 6 meses
Meias	4 pares	na implantação do posto e a cada 12 meses
Capa de chuva, quando necessária em razão das condições locais	1	na implantação do posto e a cada 12 meses
Crachá funcional com nome, foto e função	1	na implantação do posto e substituição quando necessário

5.1.3.18.2.1. Os uniformes dos vigias noturnos serão fornecidos exclusivamente pela Contratada, sem qualquer repasse do custo ao empregado, e deverão ser compatíveis com a natureza das atividades desempenhadas, com o ambiente institucional da Contratante e com as condições climáticas locais.

5.1.3.18.2.2. O uniforme deverá assegurar conforto, mobilidade, discrição, identificação funcional e adequada apresentação pessoal, sem prejudicar o exercício das atividades profissionais.

5.1.3.18.2.3. O padrão visual dos uniformes deverá ser discreto, funcional e compatível com o ambiente administrativo da Contratante, vedada a utilização de peças, acessórios, insígnias ou elementos visuais que caracterizem ou remetam a atividade de policiamento, força de segurança ou vigilância ostensiva.

5.1.3.18.2.4. A Contratada deverá fornecer, na periodicidade indicada neste instrumento, o quantitativo de uniformes novos, conforme tabela abaixo, para todos os empregados, de modo que permaneçam durante toda a vigência contratual, com, no mínimo, o quantitativo inicial previsto.

5.1.3.18.2.5. Caberá à Contratada fornecer aos seus empregados, para uso obrigatório, sem custo para eles, uniformes, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual (EPIs), quando cabíveis.

5.1.3.18.3. Copeiro (a):

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VIDA ÚTIL
------	-----------	-----	-----------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

1	Camiseta para uso interno, em malha de poliéster e algodão (malha PA 67% algodão e 33% poliéster), cor branca, mangas curtas, com logotipo da empresa.	2	6 meses
2	Conjunto composto por: jaleco feito em brim ou oxford, na cor azul marinho, com bolsos laterais e cimento acinturado; calça feita em brim ou oxford, na cor azul marinho, com bolsos laterais.	2	12 meses
3	Avental com ajuste/amarração de cintura, na cor azul marinho.	1	12 meses
4	Sapato social, tipo confort, bico arredondado, salto baixo (de 2 a 5 cm), solado emborrachado, acabamento interno em tecido para maior conforto, na cor preta.	2	12 meses
5	Par de meias, tipo sapatilha (invisível), feita em algodão, poliamida/poliéster e elastano, na cor preta.	2	12 meses

5.1.3.18.4. Recepcionistas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VIDA ÚTIL
1	Camisa, tipo social, com abotoamento frontal, em tecido misto de algodão e poliéster (mínimo 60% e máximo 80% de algodão), cor branca, mangas longas, com logotipo da empresa bordado.	2	6 meses
2	Conjunto de terno, tipo Two way stretch, composto por blazer, calça comprida, ou saia (conforme preferência da colaboradora), com costura reforçada, forro interno,	2	6 meses



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

	na cor azul marinho, de boa qualidade (tecido de boa qualidade, com adequada durabilidade e bom acabamento).		
3	Lenço para o pescoço, em tecido chiffon 100% poliéster, tipo liso, na cor azul celeste, cor uniforme a atual identidade visual do CRECI/PE. (A cor poderá ser alterada caso haja mudança na identidade visual do Conselho em momento futuro, ocasião e que a contratada será avisada previamente).	2	12 meses
4	Sapato social, tipo confort, bico arredondado, salto baixo (de 2 a 5 cm), solado emborrachado, acabamento interno em tecido para maior conforto, na cor preta.	2	12 meses
5	Par de meias, tipo sapatilha (invisível), feita em algodão, poliamida/poliéster e elastano, na cor preta.	2	12 meses

## 6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o CRECI/PE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A contratada designará formalmente um preposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O CRECI/PE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto designado, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.10. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do CRECI/PE.

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.25. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:**

6.25.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.25.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.25.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;

6.25.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;

6.25.2. Entrega mensal ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- 6.25.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 6.25.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 6.25.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.25.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.25.3. Entrega, mensal, dos seguintes documentos:
  - 6.25.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS dos empregados;
  - 6.25.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a parte Contratante;
  - 6.25.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - 6.25.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho; e
  - 6.25.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.25.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
  - 6.25.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - 6.25.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 6.25.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - 6.25.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.25.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados acima deverão ser apresentados.
- 6.25.6. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

6.25.7. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.25.8. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.25.9. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.25.10. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.25.11. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

6.25.12. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.25.13. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.25.14. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

#### **6.26. Conta-depósito vinculada**

6.26.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 75/2021, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

6.26.2. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.26.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.26.4. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.26.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.26.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

6.26.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

6.26.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

6.26.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.26.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.26.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.26.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

6.26.9. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.26.10. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.26.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

6.26.12. O contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.26.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **7. DA LIQUIDAÇÃO, DA FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **7.1. Da medição dos serviços**

7.1.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, por posto, com base na efetiva disponibilização da mão de obra contratada, na regular execução das rotinas previstas e no atendimento dos níveis mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

7.1.2. Para fins de atesto mensal, a fiscalização verificará, no mínimo:

I - cobertura integral dos postos contratados;

II - cumprimento das jornadas previstas;

III - substituição tempestiva em caso de ausências;

IV - uso de uniforme e EPIs, quando cabíveis;

V - regularidade das rotinas de limpeza, recepção, copa e observação patrimonial;

VI - registro e tratamento das ocorrências;

VII - entrega da documentação trabalhista e previdenciária exigida.

7.1.3. O pagamento mensal corresponderá ao quantitativo de postos efetivamente cobertos e regularmente executados no período, admitidas glosas proporcionais nas hipóteses de:

I - posto descoberto;

II - cobertura parcial de jornada;

III - ausência de substituição no prazo contratual;

IV - inexecução de rotinas essenciais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

V - descumprimento de obrigações acessórias que comprometam a execução contratual.

7.1.4. As glosas deverão ser formalmente motivadas, registradas pela fiscalização e calculadas de forma proporcional ao período de inexecução ou à extensão do descumprimento verificado.

7.1.5. O atesto da nota fiscal dependerá da conclusão da medição mensal e da verificação da documentação exigível para a liquidação da despesa.

## **7.2. Da Liquidação**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. O prazo de validade;

7.2.2.2. A data da emissão;

7.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. O valor a pagar; e

7.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.3. Prazo de pagamento:**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.4. Forma de pagamento:**

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143, da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. No caso de atraso pelo CRECI/PE os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

7.7. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

7.8. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do CRECI/PE.

7.9. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.10. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.11. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente/contratada pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados ao CRECI/PE (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e anexos).

7.12. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

#### **7.5. Da Repactuação Dos Preços Contratados**

7.5.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.5.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.5.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.5.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.5.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

7.5.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.5.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4, da Lei n. 14.133/2021).

7.5.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5, da Lei n. 14.133/2021).

7.5.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.5.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1 e 2, da Lei n. 14.133/2021).

7.5.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.5.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.5.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.5.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.5.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.5.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.5.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.5.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.5.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.5.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.5.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.5.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6, c/c o art. 135, § 6)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

7.5.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.5.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.5.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n 14.133, de 2021.

7.5.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.5.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.5.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento no art. 6, XLI, da Lei n° 14.133/2021, visto que o objeto da contratação configura serviço comum, cujo critério de julgamento será o de MENOR PREÇO DO GRUPO ÚNICO.

8.2. Previamente à contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para a contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) CADIN;
- c) Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica – TCU (<https://certidoe-sapf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Certidão Negativa Correicional – CGU (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.8.1. Habilitação Jurídica**

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.8.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - c.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a1 (um); obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante+ Passivo Não Circulante

SG= Ativo Total  
Passivo Circulante+ Passivo Não Circulante

LC= Ativo Circulante  
Passivo Circulante

- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- g) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- h) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **8.8.4. Qualificação Técnica**

- a) Comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica – ACT, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa LICITANTE, desempenhado de forma satisfatória atividade compatível em características e quantidades de acordo com o objeto da contratação;
- b.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado, contendo razão social, endereço, CNPJ, e-mail e telefone da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) do declarante. Caso estes requisitos não sejam atendidos, impossibilitando ao CRECI/PE a efetuar diligência que julgar necessária, os atestados não serão considerados;
- b.2) O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

b.3) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

d) Os atestados deverão referir-se a contratos já concluídos, ou cuja execução já tenha iniciado há pelo menos 12 (doze) meses com relação à data de apresentação do atestado, exceto se houver sido firmado para execução em prazo inferior, aceito apenas mediante apresentação do contrato. Em qualquer caso, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias para a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados;

e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

f) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

g) Não se aplica a participação de consórcios para esta contratação, considerando a baixa complexidade do objeto, bem como as condições e ofertas de mercado.

#### **8.9. Dos Critérios Para Elaboração e Avaliação das Propostas de Preço**

8.9.1. As licitantes deverão elaborar suas propostas com base nos instrumentos coletivos de trabalho efetivamente aplicáveis a cada categoria profissional envolvida na execução do objeto, considerados a função exercida, a atividade econômica preponderante da empresa e a base territorial da prestação dos serviços no Estado de Pernambuco. Para cada posto, a proposta e a planilha de custos e formação de preços deverão indicar, de forma expressa, o sindicato laboral e patronal correspondentes, a data-base da categoria, o número de registro do instrumento coletivo perante o Ministério do Trabalho e Emprego, o piso salarial aplicável, os benefícios obrigatórios e as demais parcelas normativas incidentes, vedada a utilização de convenção coletiva incompatível com a categoria profissional, com a atividade econômica da licitante ou com a base territorial de execução dos serviços.

8.9.2. Para fins de julgamento da exequibilidade e da adequação das propostas, a Administração adotará como parâmetro de análise os custos estimados no processo, elaborados a partir de instrumentos coletivos compatíveis com as categorias demandadas e com a base territorial de execução, sem prejuízo do dever de cada licitante de observar o enquadramento sindical efetivamente pertinente à sua proposta.

8.9.3. A comparabilidade entre as propostas será assegurada mediante a exigência de que cada licitante identifique, de forma expressa e fundamentada, o instrumento coletivo de trabalho adotado para cada categoria profissional cotada, com indicação do sindicato laboral e patronal correspondentes, da data-base, do número de registro perante o Ministério do Trabalho e Emprego, do piso salarial, dos benefícios obrigatórios e das demais parcelas normativas incidentes, de modo a permitir a verificação da compatibilidade jurídica da proposta, da regularidade da planilha de custos e da exequibilidade dos valores ofertados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.9.4. A Administração poderá promover diligências para verificar a pertinência do enquadramento sindical informado pela licitante, bem como a compatibilidade do instrumento coletivo adotado com a função efetivamente cotada, com a atividade econômica preponderante da empresa e com a base territorial de execução dos serviços, sendo passível de desclassificação a proposta que utilizar convenção ou acordo coletivo manifestamente incompatível com o objeto, ou que deixe de comprovar, de forma satisfatória, a composição regular dos custos trabalhistas e sociais.

8.9.5. Para fins de elaboração da estimativa da contratação e de análise da adequação das propostas, a Administração utilizará, no processo, instrumentos coletivos compatíveis com as categorias demandadas e com a base territorial da execução, os quais servirão exclusivamente como parâmetro referencial de comparação, sem prejuízo do dever de cada licitante de observar, em sua proposta, o instrumento coletivo juridicamente pertinente ao seu efetivo enquadramento sindical e às categorias profissionais alocadas na execução contratual:

PROFISSIONAL	CBO	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL
Vigia (noturno)	5174-20	Escala 12x36, das 17h às 05h
Recepcionista	4221-05	40 horas semanais
Copeira	5134-25	40 horas semanais
Auxiliar de Serviços Gerais	5143-20	40 horas semanais

8.9.6. A validade das propostas deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

8.9.7. A licitante deverá preencher sua proposta de preços em conformidade com os modelos apresentados no Apenso I.

8.9.8. Nos preços propostos deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, material, equipamentos, depreciação, seguro, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

8.9.9. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

8.9.10. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.9.11. As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

8.9.12. Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente, relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como: INSS, Sesi ou Sesc, Senai ou Senac, Incra, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/SAT/INSS, Sebrae, Férias, 13º Salário e outros).

8.9.13. As empresas deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.

8.9.14. A licitante deve preencher o item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

8.9.15. Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão n.º 288/2014 – Plenário), fica vedada a inclusão do item “Reserva Técnica” na planilha de custos e de formação de preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta.

8.9.16. Conforme Súmula n.º 254/2010 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA.

8.9.17. Os custos referentes ao item “Treinamento/Capacitação/Reciclagem”, considerando o entendimento esposado pelo TCU, deverão estar contemplados no item “Custos Indiretos, Tributos e Lucro”.

8.9.18. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá ainda informar e observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, consoante as Leis n.ºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e Lei Complementar nº 123/06, no caso de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.

8.9.18.1. A licitante deverá comprovar, por meio de documentação hábil, o seu regime de tributação, a fim de que se possa verificar se as alíquotas do PIS e da COFINS, consignadas na planilha de custos, estão em conformidade com sua opção tributária.

8.9.18.2. Considerando que a presente contratação caracteriza-se, para fins tributários, como cessão de mão de obra, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212/1991, bem como dos arts. 112, 115, 117 e 118 da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, as licitantes classificadas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), optantes pelo Simples Nacional, não poderão usufruir desse regime caso sejam contratadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.9.18.3. Em conformidade com o art. 17, inciso XII; art. 30, inciso II; e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, essas empresas estarão sujeitas à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, sendo automaticamente excluídas do Simples Nacional a partir do mês seguinte à contratação. Essa diretriz está respaldada pelo Acórdão TCU nº 797/2011 - Plenário.

8.9.18.4. As licitantes não poderão apresentar planilhas de custos e formação de preços baseadas no regime de tributação do Simples Nacional, pois essa prática configuraria afronta às disposições da Lei Complementar nº 123/2006, conforme já manifestado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 797/2011 - Plenário.

8.9.18.5. Caso uma licitante optante pelo Simples Nacional venha a ser contratada, deverá, até o último dia útil do mês subsequente à assinatura do contrato, apresentar cópia dos ofícios enviados às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, comprovando a comunicação da contratação para fins de exclusão do regime do Simples Nacional.

8.9.18.6. Essa exigência segue o disposto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 2.798/2010 - Plenário.

8.9.19. A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços será a sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho dos sindicatos, aplicável a categoria profissional.

## **9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

“c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CRECI/PE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.3. Quando a não conclusão do contrato referida na subcláusula decorrer de culpa da contratada:

10.3.1. Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

10.3.2. Poderá o CRECI/PE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, por decisão arbitral ou por decisão judicial, aplicando-se as disposições dos artigos 138 e 139, da mesma Lei:

10.4.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

10.4.2. Se a operação implicar mudança da contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

## 11. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado, conforme levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar, para a contratação é de **R\$ 516.828,72** conforme tabela a seguir:

TIPO DE SERVIÇO	QTD/POSTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL (QTD X VU)	VALOR ANUAL
Vigia (noturno)	2	R\$ 5.423,31	R\$ 21.693,24	R\$ 260.318,88
Recepcionista	1	R\$ 4.401,81	R\$ 8.803,62	R\$ 105.643,44
Copeira	1	R\$ 4.269,14	R\$ 4.269,14	R\$ 51.229,68
Auxiliar de Serviços Gerais	1	R\$ 4.151,53	R\$ 8.303,06	R\$ 99.636,72

## 12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O presente objeto tem sua classificação contábil registrada na seguinte rubrica orçamentária: 6.3.1.3.04.01.064 – Outros Serviços de Terceiros

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**13. DA EXPEDIÇÃO**

13.1. Este Termo de Referência foi expedido na cidade de Recife - PE, em 04 de abril de 2026, por:

---

**Marcelo Oliveira**

Superintendente – CRECI/PE

**Anexo II -  
PROPOSTA COM PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.7.30023340**

**Data de abertura:**

**Nome da empresa:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**CEP:**

**Telefone: (DDD)**

**e-mail:**

**Nome do Representante legal da empresa:**

**CPF: (do representante legal da empresa)**

**RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa)**

**DO OBJETO DAS PROPOSTAS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo os postos de Vigia (noturno), Recepcionista, Copeira e Auxiliar de Serviços Gerais, com fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), necessários à plena execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

As propostas deverão ser elaboradas de acordo com as disposições do Edital de Licitação e deste Termo de Referência que representará o ANEXO I do citado edital.

Data da celebração do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: XX/XX/XXXX

Vigência do Acordos, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: XXXXXXXXX

#### DOS PREÇOS

VALOR GLOBAL ANUAL (valor total mensal dos serviços, multiplicado por 12 meses): XXXXXXXX  
(Em algarismos e por extenso), conforme detalhado abaixo:

#### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

#### MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – VIGIA NOTURNO

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	
	Cidade/UF	
	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
	Nº de meses de execução contratual	
B	Cidade/UF	Recife - PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Serviços de observação patrimonial noturna e controle básico de acesso	Posto	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário normativo da categoria profissional	
3	Categoria profissional (vinculado à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	CBO	

**MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
Total da Remuneração		R\$ -

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT		R\$ -
D	SESC ou Sesi		R\$ -
E	SENAI - SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total		2,50%	R\$ -

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
C	Auxílio Alimentação (considerando a média de 22 dias trabalhados: 22 x R\$)	
D	Auxílio Saúde (Plano de Saúde)	
E	Assistência Odontológica	
F	Assistência Social Familiar	
Total		R\$ -

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total			R\$ -

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Substituto nas Ausências Legais <sup>(1)</sup>	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

F	Substituto na cobertura de Outras ausências (Auxílio doença)		R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

(1) Para o item "A" foi utilizado a metodologia de cálculo previsto no ANEXO VII-D da IN 05/2017. Quanto aos demais itens foram considerados a média percentual praticada pelas empresas do ramo, tendo em vista que o cálculo para chegar aos percentuais é considerada a estatística de cada empresa no que se refere as ausências de funcionários.

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
<b>Total</b>			

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intrajornada		
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	EPIs	#REF!
C		
C		
D		
<b>Total</b>		<b>#REF!</b>

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		#REF!
B	Lucro		#REF!
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS + COFINS)		#REF!
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)		#REF!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

	C.4. Tributos Municipais (especificar)		
Total			#REF!

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	#REF!
Subtotal (A + B +C+ D+E)		#REF!
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	#REF!
Valor Total por Empregado		#REF!

#REF!

**UNIFORMES e EPIs**

Seq	Auxiliar de serviços gerais				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. de peças	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
1		Unidade			R\$ -
2		Unidade			R\$ -
3		Unidade			R\$ -
4		Par			R\$ -
5		Par			R\$ -
(a) = TOTAL DO CONJUNTO (R\$)					R\$ -
(b) = QTDE CONJUNTO POR ANO					
(c) = (a) x (b) = TOTAL ANUAL (R\$)					R\$ -
(d) = (c) / 12 = TOTAL MENSAL (R\$)					R\$ -

Seq	Vigia noturno				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. de peças	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
1		Unidade			R\$ -
2		Unidade			R\$ -
3		Unidade			R\$ -
4		Par			R\$ -
5		Par			R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

(a) = TOTAL DO CONJUNTO (R\$)	R\$ -
(b) = QTDE CONJUNTO POR ANO	
(c) = (a) x (b) = TOTAL ANUAL (R\$)	R\$ -
(d) = (c) / 12 = TOTAL MENSAL (R\$)	R\$ -

Seq	Copeira				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. de peças	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
1		Unidade			R\$ -
2		Unidade			R\$ -
3		Unidade			R\$ -
4		Par			R\$ -
5		Par			R\$ -
(a) = TOTAL DO CONJUNTO (R\$)					R\$ -
(b) = QTDE CONJUNTO POR ANO					
(c) = (a) x (b) = TOTAL ANUAL (R\$)					R\$ -
(d) = (c) / 12 = TOTAL MENSAL (R\$)					R\$ -

Seq	Recepcionista				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. de peças	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
1		Unidade			R\$ -
2		Unidade			R\$ -
3		Unidade			R\$ -
4		Par			R\$ -
5		Par			R\$ -
(a) = TOTAL DO CONJUNTO (R\$)					R\$ -
(b) = QTDE CONJUNTO POR ANO					
(c) = (a) x (b) = TOTAL ANUAL (R\$)					R\$ -
(d) = (c) / 12 = TOTAL MENSAL (R\$)					R\$ -

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS –  
**RECEPCIONISTA**

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	
	Cidade/UF	
	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
	Nº de meses de execução contratual	
B	Cidade/UF	Recife - PE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL TRATAR
Recepção, atendimento, orientação e encaminhamento de usuários	Posto	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário normativo da categoria profissional	
3	Categoria profissional (vinculado à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	CBO	

**MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
Total da Remuneração		R\$ -

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT		R\$ -
D	SESC ou Sesi		R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

E	SENAI - SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total		2,50%	R\$ -

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
C	Auxílio Alimentação (considerando a média de 22 dias trabalhados: 22 x R\$)	
D	Auxílio Saúde (Plano de Saúde)	
E	Assistência Odontológica	
F	Assistência Social Familiar	
Total		R\$ -

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total			R\$ -

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Substituto nas Ausências Legais <sup>(1)</sup>	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (Auxílio doença)		R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

(1) Para o item "A" foi utilizado a metodologia de cálculo previsto no ANEXO VII-D da IN 05/2017. Quanto aos demais itens foram considerados a média percentual praticada pelas empresas do ramo, tendo em vista que o cálculo para chegar aos percentuais é considerada a estatística de cada empresa no que se refere as ausências de funcionários.

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
<b>Total</b>			

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada		
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	EPIs	#REF!
C		
C		
D		
<b>Total</b>		<b>#REF!</b>

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		#REF!
B	Lucro		#REF!
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS + COFINS)		#REF!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)		#REF!
	C.4. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>			<b>#REF!</b>

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor (R\$)
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	#REF!
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		#REF!
<b>F</b>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	#REF!
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>#REF!</b>

#REF!

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS –  
COPEIRA**

Discriminação dos Serviços		
<b>A</b>	Data de apresentação da proposta Cidade/UF Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo Nº de meses de execução contratual	
<b>B</b>	Cidade/UF	Recife - PE
<b>C</b>	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
serviços de copa, preparo e fornecimento de café/água e apoio operacional a reuniões e rotinas institucionais.	Posto	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário normativo da categoria profissional	
3	Categoria profissional (vinculado à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	CBO	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
Total da Remuneração		R\$ -

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total			R\$ -

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT		R\$ -
D	SESC ou Sesi		R\$ -
E	SENAI - SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total		2,50%	R\$ -

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
C	Auxílio Alimentação (considerando a média de 22 dias trabalhados: 22 x R\$)	
D	Auxílio Saúde (Plano de Saúde)	
E	Assistência Odontológica	
F	Assistência Social Familiar	
Total		R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Substituto nas Ausências Legais <sup>(1)</sup>	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (Auxílio doença)		R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

(1) Para o item "A" foi utilizado a metodologia de cálculo previsto no ANEXO VII-D da IN 05/2017. Quanto aos demais itens foram considerados a média percentual praticada pelas empresas do ramo, tendo em vista que o cálculo para chegar aos percentuais é considerada a estatística de cada empresa no que se refere as ausências de funcionários.

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
<b>Total</b>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa 7, de 2018)**

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intrajornada		
Total			R\$ -

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	EPIs	#REF!
C		
C		
D		
Total		#REF!

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		#REF!
B	Lucro		#REF!
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS + COFINS)		#REF!
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)		#REF!
	C.4. Tributos Municipais (especificar)		
Total			#REF!

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	#REF!
Subtotal (A + B + C + D + E)		#REF!
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	#REF!
Valor Total por Empregado		#REF!

#REF!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS –  
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Discriminação dos Serviços		
<b>A</b>	Data de apresentação da proposta Cidade/UF Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo Nº de meses de execução contratual	
<b>B</b>	Cidade/UF	Recife - PE
<b>C</b>	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	60 dias

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Asseio, conservação e limpeza	Posto	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário normativo da categoria profissional	
3	Categoria profissional (vinculado à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	CBO	

**MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
Total da Remuneração		R\$ -

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total			R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT		R\$ -
D	SESC ou Sesi		R\$ -
E	SENAI - SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total		2,50%	R\$ -

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
C	Auxílio Alimentação (considerando a média de 22 dias trabalhados: 22 x R\$	
D	Auxílio Saúde (Plano de Saúde)	
E	Assistência Odontológica	
F	Assistência Social Familiar	
Total		R\$ -

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>
--------------	--	--------------

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais<sup>(1)</sup></b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (Auxílio doença)		R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

(1) Para o item "A" foi utilizado a metodologia de cálculo previsto no ANEXO VII-D da IN 05/2017. Quanto aos demais itens foram considerados a média percentual praticada pelas empresas do ramo, tendo em vista que o cálculo para chegar aos percentuais é considerada a estatística de cada empresa no que se refere as ausências de funcionários.

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
<b>Total</b>			

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada		
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	R\$ -
B	EPIs	#REF!
C		
C		
D		
<b>Total</b>		<b>#REF!</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		#REF!
B	Lucro		#REF!
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS + COFINS)		#REF!
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)		#REF!
	C.4. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>			<b>#REF!</b>

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	#REF!
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>#REF!</b>
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	#REF!
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>#REF!</b>

#REF!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**Anexo III – Minuta de Termo de Contrato**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE PERNAMBUCO – CRECI/PE - E \_\_\_\_\_ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E FARDAMENTOS, NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

**CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 7ª REGIÃO – CRECI/PE**, Autarquia Federal criada pela Lei nº 6.530/1978 e regulamentada pelo Decreto nº 81.871/1978, com sede na Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310, inscrito no CNPJ sob nº [INDICAR], neste ato representado por sua Presidente, [INDICAR], CPF nº [INDICAR], com mandato até 31/12/2027;

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

As Partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo Nº 2026.7.30023340, decorrente do Pregão Eletrônico 001/2026, em observância ao disposto no art. 6, inciso XLI, da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

9.7. O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo os postos de Vigia (noturno), Recepcionista, Copeira e Auxiliar de Serviços Gerais, com fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), necessários à plena execução dos serviços, conforme especificações contidas no Termo de Referência constante no Processo Administrativo nº 2026.7.30023340/2026 e vinculado a este instrumento.

1.1.1. A contratação observará a seguinte composição mínima de postos, em **grupo único**:

- a) 02 (dois) postos de **Vigia (noturno)**, com cobertura estimada de 4 empregados, em escala 12x36, das 17h às 05h;
- b) 01 (um) posto de **Recepcionista**, com cobertura estimada de 2 empregados, 40 horas semanais;
- c) 01 (um) posto de **Copeira**, com cobertura estimada de 1 empregado, 40 horas semanais;
- d) 01 (um) posto de **Auxiliar de Serviços Gerais**, com cobertura estimada de 2 empregados, 40 horas semanais.

9.8. Vinculam esta contratação, independentemente da transcrição:

- 9.8.1.** O Termo de Referência;
- 9.8.2.** O Edital do Pregão Eletrônico nº [INDICAR]/2026;
- 9.8.3.** A Proposta do Contratada;
- 9.8.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O regime de contratação da presente avença é o previsto na Lei nº 14.133/2021, em seu art. 6, XLI, qual seja de contratação via realização de Pregão, em razão de tratar-se de serviço comum e de menor valor.

**2.2.** O objeto é classificado como serviço comum, de natureza continuada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo sido selecionado por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço global do grupo único.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE INÍCIO E DE VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de início da execução dos serviços é de até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do termo de contrato. O prazo inicialmente concedido poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, desde que o pedido seja realizado durante o transcurso dos 10 (dez) dias e as justificativas apresentadas pela contratada sejam aceitas pelo CRECI/PE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**3.2.** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, conforme interesse das partes, ser prorrogado por períodos sucessivos, conforme permissão no ordenamento jurídico, e mediante aditivo contratual a ser firmado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da Rubrica Orçamentária: 6.3.1.3.04.01.064 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

**CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1.** Os serviços e produtos deverão ser fornecidos conforme especificações técnicas do objeto descritas no Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº 2026.7.30023340, que faz parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição, e que guarde total consonância com a Proposta Comercial, que também é parte integrante desse contrato.

**5.2.** Os serviços serão executados nas dependências do CRECI/PE, podendo ocorrer de forma transitória, concomitante, alternada ou sucessiva, durante o período de transição entre unidades, nos seguintes endereços:

I – Sede atual: Av. Saturnino de Brito, 297, São José, Recife/PE, CEP 50090-310;

II – Nova sede: Edifício Bereshit, Rua Capitão José da Luz, nº 190, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-540.

**5.3.** Todos os serviços os EPIs e uniformes dos empregados na execução deverão ser passíveis de remoção na hipótese de alteração de sede, unidade de lotação ou redistribuição dos postos, sem prejuízo da qualidade e da continuidade da prestação.

**5.4.** Em caso de mudança do local de prestação dos serviços que impacte os custos da execução, poderá ser promovida a revisão contratual para preservação do equilíbrio econômico-financeiro, na forma da lei.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

**6.1.** As partes deste instrumento contratual ficam responsáveis e obrigadas a observarem as seguintes condições, além das previstas no Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico:

**§ 1º** - São obrigações do **CONTRATANTE**:

Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do presente Termo de Referência a fim de que sejam executados rigorosamente em conformidade com o nele estabelecido e na minuta de contrato, sendo que a fiscalização assim realizada não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por inobservância ou omissão a qualquer das cláusulas estabelecidas no presente instrumento e/ou na minuta contratual;

Exercer a fiscalização do contrato por servidor especialmente designado, na forma da Lei nº 14.133/21, sem excluir nem reduzir a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não existirá corresponsabilidade do CRECI/PE;

Pagar pontualmente as faturas emitidas pela CONTRATADA;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Assegurar-se de que os meios disponibilizados pela CONTRATADA são suficientes para o bom desempenho dos serviços;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto desta contratação sempre que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;

Notificar, por escrito, a contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no cumprimento do objeto desta contratação, estabelecendo prazo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**§ 2º - São obrigações da CONTRATADA:**

- Estar apta a desempenhar os serviços contratados e todos aqueles oferecidos na sua proposta, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato;
- Manter a boa qualidade da prestação dos serviços e fornecimento de uniformes e EPIs. Promovendo sua substituição quando necessário;
- Fornecer mensalmente ao responsável indicado pelo CRECI/PE para a fiscalização do contrato, relatório informatizado, preferencialmente na forma de arquivos em meio magnético, contendo dados relativos aos produtos/serviços disponibilizados ao longo do mês;
- Fornecer ao fiscal do contrato todas as informações solicitadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;
- Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado;
- Assegurar a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade;
- Não fazer uso das informações prestadas pelo CRECI/PE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao CRECI/PE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos e culposos de seus empregados;
- Aceitar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços pelo CRECI/PE;
- Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- Revisar ou corrigir, no prazo estabelecido pelo CRECI/PE, sem qualquer ônus para o mesmo, todas as falhas, deficiências, imperfeições ou defeitos constatados na prestação dos serviços/fornecimento dos produtos;
- Indicar preposto, informando telefone celular e e-mail para contato com a contratada, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- Assegurar seus profissionais, quando em atuação nas dependências da contratante, sigam as seguintes regras de conduta:
  - Agir de maneira ética e profissional;
  - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
  - p) Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
  - m) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
  - d) Contribuir para a conservação da harmonia e organização do ambiente de trabalho, mantendo-o limpo e em perfeita ordem, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento;  
Facilitar a fiscalização de todos seus atos ou serviços por quem de direito;  
1.Repassar ao fiscal técnico ou ao demandante o registro das ações executadas, mantendo a documentação organizada e em local acessível pelos mesmos, não sendo necessário o pedido para tal.
- Armazenar os produtos em lugar indicado pela fiscalização, de forma que haja controle do fluxo de entrada e saída de material, solicitando ao fiscal do contrato a abertura e o fechamento do local quando da entrada/saída;
- Armazenar o material em local externo, caso o lugar indicado pelo contratante não seja adequado para a armazenagem;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, comprovando o cumprimento sempre que solicitado pelo CRECI/PE, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

§ 3º - Fica compactuada e devidamente registrada a total inexistência de vínculo trabalhista entre a parte contratante, incluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre **CONTRATADO** e **CONTRATANTE** qualquer tipo de relação de subordinação. **O CONTRATADO** e o **CONTRATANTE** são os únicos responsáveis pela remuneração e tributos decorrentes de vínculo empregatício ou contratual com seus respectivos empregados e colaboradores.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECEBIMENTOS, DA LIQUIDAÇÃO, DA FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

##### **8.1. Da Liquidação**

8.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

8.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.1.2.1. O prazo de validade;
- 8.1.2.2. A data da emissão;
- 8.1.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.1.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 8.1.2.5. O valor a pagar; e
- 8.1.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

8.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **8.2. Prazo de pagamento:**

8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**8.3. Forma de pagamento:**

8.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143, da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.5.** No caso de atraso pelo CRECI/PE os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**8.6.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

**8.7.** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do CRECI/PE.

**8.8.** A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**8.9.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**8.10.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente/contratada pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados ao CRECI/PE (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e anexos).

**8.11.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

**CLÁUSULA NONA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

**9.1.** Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

**9.2.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

**9.2.1.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**9.2.2.** Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

**9.3.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**9.3.1.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

**9.4.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4, da Lei n. 14.133/2021).

**9.5.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5, da Lei n. 14.133/2021).

**9.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**9.7.** Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1 e 2, da Lei n. 14.133/2021)

**9.8.** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**9.8.1.** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**9.9.** Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**9.10.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**9.11.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

**9.12.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**9.13.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

**9.14.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**9.15.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**9.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

**9.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**9.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**9.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**9.20.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**9.21.** O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6, c/c o art. 135, § 6)

**9.22.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

**9.23.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**9.24.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n 14.133, de 2021.

**9.25.** O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

**9.26.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

**9.27.** A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**10.1.** As Partes se comprometem a garantir a todas as informações para a execução e cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do presente contrato, o tratamento e proteção contra a divulgação a terceiros, e desde logo se obrigam a:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

- a) Manter no mais absoluto sigilo todas as informações recebidas da parte contrária, garantindo, inclusive, o cumprimento das legislações vigentes, tal como, mas não se limitando, à Lei nº. 13.709/2018;
- b) Limitar a divulgação de quaisquer das informações recebidas estritamente a colaboradores, ou a prestadores de serviço a qualquer título, que no desenvolvimento de suas atividades tenham a real necessidade de conhecê-las;
- c) Instruir devidamente as pessoas responsáveis quanto ao tratamento das informações que tiver acesso, conforme seu nível de confidencialidade;
- d) Utilizar quaisquer informações exclusivamente para a finalidade para a qual lhe foram transmitidas.
- e) Adequar os tratamentos dos dados pessoais à uma base legal própria, conforme exigência da Lei nº. 13.709/2018;

**10.2.** As Partes comprometem-se, ainda, a seguir regras de privacidade, proteção de dados, confidencialidade ou requisitos de segurança de informações, em conformidade com as melhores práticas e a legislação aplicável, com o objetivo de garantir a confidencialidade e o uso adequado dos Dados Pessoais e a sua não divulgação.

**10.3.** Se o titular dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ou terceiro solicitarem informações para uma parte relativas ao tratamento de Dados Pessoais, esta deverá submeter o pedido para conhecimento e eventuais providências da outra parte, não podendo, sem instruções prévias transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar o acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a qualquer terceiro.

**10.4.** Na hipótese de uma violação de Dados Pessoais tratados em razão do contrato, a parte deverá informar a outra, por escrito, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação. As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão: (i) descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registros de dados implicados; (ii) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos Dados Pessoais; e (iii) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos Dados Pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos.

**10.5.** A CONTRATANTE poderá realizar processo de auditoria junto ao CONTRATADO, a fim de assegurar o atendimento das obrigações previstas no Contrato e na legislação aplicável, mas sempre em observância ao sigilo comercial e empresarial.

**10.6.** Sendo uma parte considerada responsável pela violação da lei, esta indenizará a outra parte, respondendo pelos danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, aos honorários advocatícios, multas e penalidades, ou custos relativos a demandas que surgirem em razão do não cumprimento das obrigações, estabelecidas no contexto do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** A fiscalização da execução do objeto do contrato será exercida por servidor nomeado pelo Contratante, nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133/21.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**11.2.** Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência/Proposta Comercial;

**11.3.** A fiscalização exercida pelo fiscal do CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do CONTRATADO pela completa e perfeita execução deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.;

**12.2.** Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

II – impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- c) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- d) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

**12.4.** Todas as sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.8.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.9.** A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Ceis e no Cnep.

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**12.11.** Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo mesmo órgão decorrentes deste ou de outros contratos administrativos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES**

Av. Saturnino de Brito, 297–São José – Recife/PE - CEP 50090-310 - Fone: (81) 3428-7151  
e-mail: [compras@crecipe.gov.br](mailto:compras@crecipe.gov.br)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**13.1.** É vedado ao CONTRATADO:

**13.1.1.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**14.1.** Este Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto na Lei nº. 14.133/2021, considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:

**14.1.1.** O não-cumprimento, ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

**14.1.2.** O atraso injustificado na execução do serviço;

**14.1.3.** A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**14.1.4.** O não-atendimento das determinações regulares do empregado do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

**14.1.5.** A ocorrência de caso fortuito e força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados no processo administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS GARANTIAS**

**15.1.** Conforme disposto no Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº 2026.7.30023340/2026, que faz parte deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto no artigo 89, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1.** As partes elegem de comum acordo, a Justiça Federal, no Foro da cidade de Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

**17.2.** E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento de contrato em duas vias de igual teor, que vão assinados pelas partes, que se comprometem a cumprir o presente em todas as suas cláusulas e condições, tudo de acordo com a 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Pernambuco/PE, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE  
IMÓVEIS DE PERNAMBUCO – CRECI/PE**

Zélia Pereira  
Presidente  
CONTRATANTE

**NOME DA EMPRESA**

Nome do Representante Legal  
Cargo  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**Anexo - IV**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O IMR é, conforme Instrução Normativa nº 05 de 2017, o “mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento” para os serviços prestados.

1.2. A Fiscalização Técnica medirá a eficiência da execução contratual em função de indicadores referenciais descritos a seguir como atividades críticas do contrato, que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho e disponibilidade de uso.

1.3. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e características dos itens contratados, para os quais foi estabelecida meta quantificável a ser cumprida pela CONTRATADA. Esses indicadores são expressos em unidades de medida exata e claramente mensuráveis visando o Cumprimento de Metas Técnicas Contratuais.

1.4. A aferição e avaliação dos indicadores serão feitas a cada medição/faturamento, devendo a Contratada apresentá-lo dentro do Relatório de Medição. Devem constar dentro deste relatório o indicador e meta de níveis de serviço alcançado. O conteúdo detalhado e a forma da apresentação serão definidos pelas partes.

**2. Indicadores de Avaliação**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 7ª REGIÃO**  
Jurisdição Estado de Pernambuco

Item	Indicador	Meta a Cumprir	Instrumento de Medida	Periodicidade
1	Frequência e assiduidade dos profissionais	100% de presença nos turnos designados	Registro de ponto e relatórios do gestor	Semanal
2	Higienização e organização dos ambientes	95% de conformidade com padrões estabelecidos	Checklist de inspeção	Semanal
3	Atendimento e postura profissional	Nota superior a 80% em avaliação do usuário	Pesquisa de satisfação	Mensal
4	Disponibilidade de materiais e EPIs	100% dos materiais repostos dentro do prazo	Registro de controle de estoque	Quinzenal
5	Ocorrências e nível de reclamação	Menos de 5% de ocorrências graves	Registro de ocorrências e atendimento	Mensal

### 3. MECANISMO DE CÁLCULO

3.1. A avaliação será realizada conforme as notas atribuídas a cada indicador, sendo a Nota Final (NF) apurada conforme a seguinte fórmula:

NF= (Média ponderada dos indicadores)

3.2. Faixas de ajuste no pagamento conforme a NF:

90 ≤ NF ≤ 100: Pagamento integral da fatura mensal (100%).

80 ≤ NF < 90: Pagamento de 90% da fatura mensal.

60 ≤ NF < 80: Pagamento de 70% da fatura mensal.

NF < 60: Penalidades conforme contrato, incluindo advertência e possibilidade de rescisão.

### 4. FORMA DE ACOMPANHAMENTO

Registro de ocorrências: Compilação semanal das não conformidades.

Checklist de inspeção: Verificação presencial dos ambientes e materiais.

Pesquisa de satisfação: Aplicada aos usuários dos serviços contratados.

Registro de estoque: Monitoramento da reposição de materiais e EPIs.

### 5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O Índice de Medição de Resultados será revisado periodicamente para garantir sua aderência à execução contratual, podendo ser ajustado conforme necessidade do contratante.